



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

REPESCAGEM DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

No dia 20 de janeiro de 2019, Roberto chegou tarde do trabalho e decidiu assar algumas pizzas em seu forno especial. Colocou lenha, acendeu o fogo e decidiu experimentar uma bebida que ganhou de presente de um amigo desconhecido. Roberto não tinha conhecimento do conteúdo da bebida, mas estava batizado com o sonífero “Boa Noite Cinderela”. Após ingerir a bebida “batizada”, Roberto acabou adormecendo no chão da sala. Ao ser acordado pelos bombeiros, ficou horrorizado com a situação – a casa estava em chamas e os vizinhos revoltados, pois o fogo invadiu a casa ao lado e queimou José e Rodrigo, duas crianças de 11 e 9 anos, respectivamente, vizinhos de Roberto. Pelo crime de incêndio, Roberto foi preso em flagrante e viu a sua prisão ser convertida em preventiva para a garantia da ordem pública. Em decorrência da prisão, o inquérito policial terminou em tempo célere, com a confissão de ter deixado a lenha do forno de pizza acesa e adormecido. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público que optou por aguardar a chegada das perícias que ainda não haviam sido concluídas. O pai das crianças contratou um advogado civilista para oferecer queixa-crime subsidiária, o que foi feito, mesmo ainda não tendo vencido o prazo do MP para oferecer a denúncia. A queixa subsidiária foi oferecida sem os laudos e, para a surpresa de todos, inclusive do Ministério Público, foi recebida pelo Magistrado por dois crimes dolosos contra a vida em conexão – art. 121, § 2º, III, IX e § 4º do Código Penal e art. 32, § 1º-A da Lei 9.605/98. Como ato subsequente ao recebimento da inicial acusatória subsidiária, o juiz determinou a citação do réu. No dia 15 de março de 2019 (sexta-feira) o oficial de justiça entregou a citação pessoalmente ao acusado e no dia 18 de março de 2019 (segunda-feira) o mandado de citação efetivamente cumprido foi juntado aos autos.

Considerando a situação narrada, apresente, na qualidade de advogado(a) de Roberto a peça jurídica cabível, diferente de habeas corpus, apresentando todas as teses jurídicas de direito material e processual pertinentes. A peça deverá ser datada no último dia do prazo. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Silas, Jair e Carlos, revoltado após sucessivas reprovações, decidem se unir, de forma habitual e rotineira, para fraudar concursos públicos, com a intenção de comprometer a credibilidade das provas, reduzindo a confiança das pessoas na seriedade do trabalho das Bancas Examinadoras. Jair ficou responsável por invadir as gráficas onde as provas eram impressas para ter acesso às questões da prova antes de sua realização; Silas ficou responsável por compartilhar as informações sigilosas nas redes sociais minutos antes das provas e Carlos ficou com a missão de tecer severas críticas em diversos grupos de Whatsapp para espalhar a informação de que a Banca não era séria. Tarefas divididas, a execução do plano deu certo e todos cumpriram seu papel. Um dos alunos que estava se preparando para o concurso de delegado, desconfiou de Carlos e, após algumas conversas, descobre o envolvimento dele com o crime. Após regular investigação, os três são identificados e denunciados pelo crime do art. 2º, *caput*, da Lei 12.850 de 2013. Preocupado com possíveis consequência penais deste processo, Jair decide trair seus amigos e seu advogado apresenta proposta de colaboração premiada, o que foi aceito pelo MP e posteriormente homologada pelo juiz. Com base apenas nas declarações do colaborador, o magistrado decreta a prisão preventiva de Silas e Jair. Considerando apenas as informações narradas, na condição de advogado(a) de Silas, responda aos itens a seguir:

A) Qual é a tese de direito material apta a afastar a tipicidade indicada. (Valor: 0,65)

B) Apresente a medida cabível, diversa de habeas corpus, para conseguir a soltura dos presos? Justifique (Valor: 0,60)

Obs.: O(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Virgínia, primária e de bons antecedentes, diretora do Presídio Estadual da Comarca de Flores, no Estado do Campo Belo, para satisfação de interesse pessoal, manteve presos de ambos os sexos na mesma cela por 24 horas. A detenta Roberta, ao ser descoberta pelo chefe de disciplina na cela do presídio masculino, pediu socorro e denunciou o abuso praticado pela diretora. Foi aberta investigação policial para apurar eventual crime de abuso de autoridade e, o mesmo delegado, representou pela decretação da prisão temporária pois imprescindível para as investigações. O juiz aceitou a representação da prisão feita pela autoridade policial e decretou a prisão temporária de Célio pelo prazo de 30 dias, período esse que ainda não se esgotou, mesmo a denúncia já tendo sido recebida. A respeito desta peculiar situação, responda aos itens a seguir.

A) Quais argumentos podem ser apresentados pela defesa de Celio para questionar a legalidade dessa prisão? Fundamente. (Valor: 0,60)

B) Na hipótese de Virgínia ser condenada criminalmente por abuso de autoridade, ela poderia perder o cargo pelo fato indicado no enunciado? Justifique a sua resposta. (Valor: 0,65)

Obs.: O(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Em janeiro de 2024, Marcos, portando arma de fogo, foi atacado por agressores na saída de um restaurante, por volta de 23:30. Os três agressores portavam facas e começaram a perseguir Marcos gritando, durante a perseguição, que ele seria morto e roubado. Em determinado momento, Marcos decide efetuar disparos em direção aos criminosos e um deles é atingido na cabeça e morre instantaneamente. Com a conclusão do inquérito policial, Marcos foi denunciado pelo Ministério Público da Vara do Júri por homicídio doloso qualificado por dificultar a defesa da vítima, pela desproporção entre as possíveis lesões decorrentes das facas e a morte certa causada pela utilização do revólver. Ao final do “judicium accusationis”, o Juízo, em dúvida, optou pela impronúncia do acusado, nos termos do art. 414 do CPP, fundamentando a sua decisão da dúvida nas palavras dos demais criminosos. Considerando a situação hipotética, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

A) Qual o recurso cabível da decisão proferida pelo magistrado? Qual o último dia do prazo para sua interposição? Justifique. (Valor: 0,60)

B) Qual a tese de direito material poderia ser apresentada neste recurso para modificar a decisão do magistrado? Qual o pedido a ser formulado? Justifique (Valor: 0,65)

Obs.: A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Valendo-se de ardil, Rafael pesquisou diversas comunidades da Internet que colecionam relógios antigos e valiosos. Fingindo ser um exímio técnico de relógios antigos, conseguiu a aproximação de algumas vítimas, dentre elas, Armando. Após alguns meses de conversas no ambiente virtual, Armando pergunta se Rafael teria conhecimento técnico para reparar o relógio de bolso do seu bisavô, pois só o confiaria a uma pessoa apta diante do alto valor do relógio, avaliado em R\$ 600.000,00. Rafael prontamente respondeu que já havia reparado outro relógio parecido e que iria pessoalmente retirá-lo para o transporte correto e seguro. No dia 4 de fevereiro de 2022, chegando na residência da vítima, Armando voluntariamente entrega o relógio antigo para Rafael que vai embora com a promessa de consertá-lo. Desconfiado da demora de 6 meses, Armando telefona para Rafael e escuta a seguinte gravação na caixa postal: “se está procurando o seu relógio, desista”. Irritado por ter sido enganado e querendo recuperar seu relógio, Armando faz um boletim de ocorrência online com todas as conversas e imagens de câmeras em que Rafael aparece e fica aguardando providências policiais. O inquérito policial é encerrado em outubro de 2023 e o Ministério Público oferece denúncia em novembro do mesmo ano. Após recebimento da denúncia, o juiz determina a citação de Rafael. Constituído nos autos para defender os interesses do réu, responda fundamentadamente aos seguintes itens:

A) Qual é a tese de direito processual a ser utilizada em preliminar da resposta à acusação? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Qual argumento de direito material poderá ser apresentado para buscar a absolvição sumária de Rafael? Fundamente a sua resposta. (Valor: 0,60)

Obs.: A simples menção ao dispositivo legal não será pontuada.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

